

Paradigmas sociológicos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento: perspectivas teóricas para análise da realidade social angolana

DANIEL HEBO JÚLIO BARROS*

Resumo: O presente artigo aborda essencialmente as teorias aplicadas à Sociologia do Desenvolvimento, no sentido de fornecer um conjunto de saberes inerentes aos paradigmas teóricos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, por forma a criar novas pontes analíticas que permitam a compreensão da realidade social angolana em matérias de desenvolvimento. Sabe-se que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são temáticas que preocupam tanto as sociedades tradicionais, quanto as sociedades modernas. Em abono da verdade, no que tange à metodologia usamos a pesquisa bibliográfica. Em gesto conclusivo, as teorias aqui estudadas apontam que a problemática do desenvolvimento sustentável de Angola é explicada por um lado por meio de vários fatores internos, como a corrupção, a bajulação, o nepotismo, as formas mecânicas de produção agrária, a partidarização das instituições públicas entre outros fatores externos, como a exploração dos recursos naturais pelas multinacionais, a dívida pública externa, etc.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento; Teorias do desenvolvimento.

Sociological paradigms of development and underdevelopment: theoretical perspectives for analyzing Angolan social reality.

Abstract: This article essentially addresses theories applied to the Sociology of Development, in order to provide a set of knowledge inherent to the theoretical paradigms of development and underdevelopment, in order to create new analytical bridges that allow the understanding of the Angolan social reality in matters of sustainable development. It is known that development and underdevelopment are issues that concern both traditional and modern societies. In fact, regarding methodology, we used bibliographical research. In a conclusive gesture, the theories studied here indicate that the problem of Angola's development is explained on the one hand by several internal factors, such as corruption, flattery, nepotism, mechanical forms of agrarian production, partisanship of public institutions among other external factors, such as the exploitation of natural resources by multinationals, external public debt, etc.

Key words: Development; Underdevelopment; Development theories.



* **DANIEL HEBO JÚLIO BARROS** é Graduado em Sociologia, variante Comunitária, pelo Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga A Mbande-Angola; Formação em Sociologia Geral I e II, Formação em Didáctica, Formação em Gestão Escolar, pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Brasil; Formação em Ética Profissional e Dificuldades de Aprendizagem, pela Universidade Estadual do Maranhão-Brasil. danielbarrosb01@gmail.com

Introdução

O artigo em referência submete-se à área da Sociologia do Desenvolvimento, uma das ramificações da Sociologia Geral, subordinado ao tema Paradigmas Sociológicos do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento. Ora, voltado ao estudo do desenvolvimento nas demais sociedades, sobretudo, nas sociedades ditas do terceiro mundo, como é o caso de Angola, tendo como espadas analíticas as teorias sociológicas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foi feita uma análise da realidade socio-econômica de Angola no âmbito destes paradigmas teóricos (teoria da dependência, teoria funcionalista do desenvolvimento ou da modernização e a teoria da globalização). As teorias que aqui abordamos, em larga medida, levam-nos a compreender abertamente os fatores que incidem com os recuos e avanços em matérias de desenvolvimento, em Angola.

O debate sobre os paradigmas sociológicos do desenvolvimento em Angola reveste-se de extrema importância, por um lado, por contribuir no pouco conhecimento existente sobre a explicação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no seio acadêmico e social, por outro lado, poderá mostrar estratégias que poderão ajudar a sociedade a combater algumas raízes amargas que impedem o desenvolvimento. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por ser aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas já existentes, em documentos impressos, tais como: livros, artigos, teses, etc. Utiliza dados ou categorias já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornaram-se fontes do tema a ser pesquisado. O pesquisador trabalha a

partir das contribuições dos autores, de estudos analíticos, constantes dos textos, como referência à natureza das fontes utilizadas para abordagem e tratamento do seu objeto (PAKISI, 2020).

Sem mais delongas, pretendemos também, com este artigo, responder aos imperativos da investigação científica, assinalando as etapas mais significativas da vida acadêmica, no intuito de colocarmos o país (Angola) nos lineares do desenvolvimento científico nas mais variadas áreas do conhecimento. Convictos da boa aceitação do nosso trabalho, esperamos sugestões para promover um enriquecimento permanente do mesmo no âmbito da Sociologia do Desenvolvimento, que pouco se aplica e se fala em Angola.

Enquadramento histórico-conceitual da Sociologia do desenvolvimento, reflexivo sobre os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento

Primeiramente, vamos começar a nossa discussão colocando uma questão, como se define o desenvolvimento na dimensão sociológica? Para responder a este questionamento, vamos em primeiro lugar buscar compreender o contexto histórico do surgimento da Sociologia do Desenvolvimento.

Em linhas mais gerais, a Sociologia do Desenvolvimento constitui o tema central do Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Washington, no mês de Setembro de 1962. Foi precisamente nesta década em que a Sociologia do Desenvolvimento começou a emergir como disciplina sociológica especial, equiparando-a a Economia do Desenvolvimento, embora de forma tímida em relação aos estudos de desenvolvimento. Entre linhas, não é

que os clássicos e anteriores pensadores da Sociologia não tenham abordado sobre essa matéria em outros contextos e terminologias. Repare que as abordagens sobre mudança social, desde o famoso Social “*Change de Ogburn* (1922)”, incidem o seu estudo no fator tecnológico e no conceito de cultural lag; tanto quanto na perspectiva marxista que fundamenta que a mudança social é impulsionada pela luta de classes entre a burguesia e o proletariado, promovendo deste modo as transformações sociais que podem ser revolucionárias ou graduais. Entretanto, estas teorias trataram de fato questões bem próximas da hodierna Sociologia do Desenvolvimento, como é o caso dos meios de produção, das relações de produção, da miséria, do subdesenvolvimento só para citar estes temas (BELTRÃO, 2000).

Por outro lado, Beltrão (2000) reforça ainda que podemos recuar mais aos problemas discutidos por sociólogos das primeiras gerações: por exemplo, nos estudos de Max Weber sobre as relações entre os diversos sistemas ético-religiosos do mundo moderno e o espírito do capitalismo; nos de Durkheim, a respeito das implicações sociológicas da divisão do trabalho social e da contraposição solidariedade mecânica e solidariedade orgânica; nos de Spencer, relativos à sociedade industrial, confrontada com a sociedade militar; nos de Toennies em torno do binômio comunidade e sociedade, etc.

Em certo sentido, a própria Sociologia nasceu dessa problemática do desenvolvimento, a saber, da noção e ideologia do progresso, desencadeada pela Revolução Industrial e os primeiros processos históricos de desenvolvimento por volta de 1800, à semelhança da ideia tradicional da ordem e progresso, como ficou

teorizado nas considerações de Comte acerca da estática social e da dinâmica social. Pois a Lei dos Três Estados (Estado teológico ou mítico; Estado metafísico ou abstrato; Estado positivo ou científico) como Lakatos e Mariconi (2019), transmitem a visão de que a sociedade, em toda a parte, evolua da mesma maneira e no mesmo sentido, transitando todas elas das mais simples para as mais avançadas. Este entendimento também é uma forma de pensar o desenvolvimento, pois, a noção de progresso relaciona-se ao conceito de desenvolvimento. Nesta ordem de ideias, a “Sociologia para alguns ela representa uma poderosa arma a serviço dos interesses dominantes, para outros é a expressão teórica dos movimentos revolucionários” (MARTINS, 2013, p. 3). Este entendimento emerge por ocasião do surgimento da Sociologia tendo como principais marcos a degradação da sociedade feudal, a consolidação da sociedade capitalista, as Revoluções Industrial e Francesa, justamente, no século XVIII.

A atual Sociologia do Desenvolvimento apresenta peculiaridades que a distinguem nitidamente de todas essas elucubrações anteriores. Grosso modo, considera-se hoje o fato histórico do desenvolvimento, como um processo de mudança social por excelência, deslocando a sua atenção aos fatos relativos às classes superiores e as camadas inferiores. Percebe-se que a Sociologia do Desenvolvimento não se limita em abordar apenas a problemática do desenvolvimento, mas estende-se também, sobretudo, a do subdesenvolvimento em seus aspectos específicos, que não se podem captar por simples referência aos do desenvolvimento. Importa salientar que a Sociologia do Desenvolvimento surgiu da problemática econômica do desenvolvimento e do

subdesenvolvimento, através de uma crescente tomada de consciência por parte dos próprios economistas, de que essa problemática transborda amplamente dos quadros tradicionais da análise econômica. É por este motivo que afirma-se que a Sociologia do Desenvolvimento permanece ainda bastante ancorada na teoria econômica do desenvolvimento, constituído, justamente, uma espécie de ponte entre teoria econômica e teoria sociológica (BELTRÃO, 2000).

A Sociologia do Desenvolvimento forma um conjunto de saberes sociológicos que permitem debruçar analiticamente em torno dos conceitos de desenvolvimento e do subdesenvolvimento alicerçados à vida social, isto é, na dimensão profissional, demográfica, familiar e cultural. Desta feita, acredita-se que a noção de desenvolvimento está atrelada a um conjunto de indicadores sociais, nomeadamente, acesso à educação, acesso à água potável, acesso à eletricidade, acesso à habitação, esperança de vida, saneamento básico, mobilidade social, estratificação social, acesso aos meios de comunicação social, emprego, segurança social, saúde, etc. Ao passo que o subdesenvolvimento incide com o inverso dos indicadores acima referidos, colocando em evidência níveis galopantes de pobreza. Assim sendo, nos estudos consultados os teóricos abordam o conceito de desenvolvimento em inúmeros entendimentos, a saber:

Compreende-se que atualmente o conceito de desenvolvimento é complexo e abrangente. Incorpora três componentes consideradas essenciais ao desenvolvimento humano (uma vida longa e saudável, um nível de conhecimentos estável e um nível de vida digna), o conceito de

desenvolvimento humano passou a integrar outras dimensões como a liberdade, a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade e a segurança (UNDP, 1996 apud MOREIRA; CRESPO, 2012).

Com efeito, o conceito de desenvolvimento é abordado como:

Liberdade, entendida esta no seu sentido amplo, incluindo não só as capacidades elementares como a possibilidade de evitar privações como fome, subnutrição, mortalidade evitável, mortalidade prematura, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, etc. Desenvolvimento é, portanto, segundo o autor, um processo de expansão destas e de outras liberdades fundamentais (SEN, 1999 apud MOREIRA; CRESPO, 2012, p. 43).

Diante desta brilhante conceptualização, entendemos nós que o desenvolvimento em Angola representa um longo caminho a ser percorrido, uma vez que se observa atualmente variadíssimas fragilidades sociais. Assiste-se hoje o agonizar das condições sociais de forma galopante, muitas são as famílias que não têm acesso à eletricidade, alimentação, saúde e educação. Assim, o conceito de desenvolvimento, no nosso contexto carece de tantos estudos. Em virtude disso, o processo migratório dos jovens para outras paragens do mundo é um fato. Outrossim, a mortalidade infantil, a baixa esperança de vida que gira em torno dos 60 a 65 anos de idade, a pobreza com que muitas famílias angolanas se encontram mergulhada é prova disso.

O relatório divulgado em 2020 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) faz saber que:

A incidência da pobreza em Angola é de 41%, o que significa que 41 de cada 100 angolanos têm um consumo abaixo da linha da pobreza (12.187 kwanzas por mês). Do total da população pobre de 56% residem nas áreas rurais e 44% na urbana. O índice de profundidade da pobreza é de 10%, isto é o déficit médio do consumo por pessoa abaixo da linha da pobreza. O índice de intensidade da pobreza é de 4%, média que reflete a severidade da pobreza tendo em conta a desigualdade existente entre os pobres (INE, 2020, p. 29).

A reflexão feita permitiu trazer um debate aceso sobre o conceito de desenvolvimento. É interessante reiterar que estamos em presença do paradoxo do desenvolvimento. Com efeito, o relatório faz saber ainda que quanto mais formação académica o indivíduo possuir maior é a possibilidade de sair do linear da pobreza. Assim sendo, há toda a necessidade de haver maior articulação entre as políticas públicas, no sentido de galvanizar o desenvolvimento. Como se podem constatar os dados do relatório abaixo apresentados:

O nível de escolaridade está claramente associado à situação de pobreza. Quanto mais elevado o nível de escolaridade da população, mais baixo o nível de pobreza. 57% da população que não possui nenhum nível de escolaridade e 55% com o ensino primário é pobre, enquanto apenas 17% da população que tem ensino secundário ou mais alto é pobre (INE, 2020, p. 31).

Logo, entende-se que o desenvolvimento ganha forma mediante o processo de industrialização do país que permite o crescimento contínuo do PIB, permitindo assim, assegurar o alargamento das escolhas e das oportunidades dos indivíduos, de expansão das liberdades humanas, de valorização das capacidades dos indivíduos, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida aceitável nos demais padrões sociais, enquanto os preservam para as gerações futuras, com igualdade de oportunidade e de segurança. Pois, à semelhança de Abrantes e katúmua (2014), o conceito de desenvolvimento vê a pobreza como o seu maior inimigo e este é o verdadeiro e enorme desafio para o nosso país, dado que existe uma cultura da pobreza, na qual os indivíduos crescem, habitualmente a trabalhar pouco (ou, pelo menos pouco produtivo) e a viver com pouco, o que faria, aliás, com que desperdiçassem em atividades de consumo e fruição os poucos (ou momentâneos) recursos disponíveis, em vez de realizar poupanças e investimentos para, a longo prazo, sair da situação carenciada em que se encontram.

Para a literatura sociológica da década de 1960, na América Latina, define-se o desenvolvimento como “um conjunto de transformações por meio das quais as sociedades não industrializadas ou em face incipiente de industrialização realizam um tipo de produção capitalista e de organização social.” (DURAND, 1967, p. 11). Em síntese, o desenvolvimento é entendido como um conjunto de mudanças que vão desde as formas de produtividade, passando pelos métodos rudimentares à mecanização, até aos modos de distribuição da renda nacional,

promovendo assim aos indivíduos o hábito de realizar poupanças e investimentos.

Teorias do desenvolvimento

As teorias abaixo são abordadas minuciosamente devido a necessidade de fornecerem reflexões mais abrangentes sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, no sentido de buscar mais análises sociológicas a respeito desta temática no contexto angolano, pois vivemos na era do “espetáculo e do amor líquido” (DEBORD, 2003; BAUMAN, 2004), de modo que os fatores que impedem e favorecem o desenvolvimento dos países ditos do terceiro mundo, tanto quanto do primeiro mundo, são vistos e explicados de vários ângulos científicos.

Do ponto de vista histórico, foi com o fim da II Guerra Mundial, que entraram em declínio definitivo as grandes potências que haviam dominado o mundo no final do século XIX até a I Guerra Mundial. Além disso, o sistema colonial imposto pelos europeus marcou a primeira etapa deste processo. Entretanto, a crise do colonialismo, iniciada na I Guerra Mundial e acentuada depois da II Guerra Mundial, colocara em discussão algumas interpretações da evolução histórica, em termos da geopolítica mundial. A derrota nazista impunha a total rejeição da tese da excepcionalidade europeia e da superioridade racial. A modernidade deveria ser encarada fundamentalmente como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir. Precisamente, é neste contexto histórico em que surge uma vasta literatura científica dedicada à análise destes temas sob o título geral de teorias do desenvolvimento (SANTOS, 1998).

Neste cenário, ao longo dos séculos XIX e XX, o sistema colonial foi-se diluindo, surgindo outro, em torno de duas potências hegemônicas: os Estados Unidos de América e a União Soviética. Esta segunda etapa da configuração do mundo deu origem à conhecida tipologia entre primeiro mundo (países capitalistas alinhados com os Estados Unidos), segundo mundo (países socialistas sob a influência soviética) e terceiro mundo (países pobres que não se integraram em qualquer dos grupos anteriores, embora pudessem estar na dependência de um ou do outro, como é o caso concreto de Angola, que logo depois da sua independência datada a 11 de Novembro de 1975, criara grandes laços de cooperação com a então União Soviética). Todavia, com a dissolução do bloco soviético, nos anos 1980, surgiu um período de controle hegemônico dos Estados Unidos, mas que a União Europeia, o Japão e, mais recentemente, a China tem procurado afirmar-se como parte do centro ou como centros alternativos (ABRANTES; KATÚMUA, 2014).

Para se ter uma ideia, de acordo com a visão de Santos:

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimento que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional. Os pensadores que fundaram as ciências sociais modernas haviam identificado estas atitudes e comportamentos. Karl Marx, Émile Durkheim e Marx Weber, além dos economistas clássicos Adam Smith

e David Ricardo e, seu seguidor Stuart Mill. Os continuadores neoclássicos estabeleceram teorias em certos aspetos convergentes em outros contraditórios sobre essa sociedade moderna e sobre os processos que conduziram à sua implantação (SANTOS, 1998, p. 10).

Na mesma linha de orientação, as literaturas consultadas permitiram-nos aduzir nos seguintes termos: as teorias sociológicas do desenvolvimento podem ser agrupadas em dois grupos, nomeadamente aquelas que tratam do desenvolvimento como reflexo ao tradicional e moderno e da racionalidade. É assim que muitos teóricos do desenvolvimento assinalam que durante o período histórico da Sociologia do Desenvolvimento, tal como está referido mais acima, distinguiram-se duas escolas em torno das teorias do desenvolvimento, nomeadamente a teoria funcionalista do desenvolvimento que teve origem na modernização e a teoria do subdesenvolvimento que deu origem a teoria da dependência. Em nosso entender, hoje em dia consolida-se uma terceira escola, a da globalização, tendo em conta a conectividade existente universalmente, que num passado mais recente era difícil de se considerar o mundo como uma aldeia global, (MCLUHAN, 1964).

Fruto desta conectividade, à semelhança de Abrantes e Katúmua (2014) é fundamental considerar telegraficamente que Angola tem sofrido a permanente exploração selvagem resultante da sua posição periférica nestes sucessivos cenários geoestratégicos. Neste país, mesmo quando as grandes matérias-primas (o petróleo, o diamante, a madeira, etc) que abastecem o mercado global atingem alto valor comercial, a mais-

valia escoava para as regiões mais ricas, frequentemente via elites nacionais, deixando uma grande parte da população angolana na miséria.

Teoria da dependência

Em relação à teoria da dependência, é interessante que se diga que ela faz uma reflexão macrosociológica em torno dos fatores econômicos externos. Dando desta forma a possibilidade ao analista social de fazer análises comparadas no âmbito das diplomacias existentes entre os países, baseando o seu olhar no desenvolvimento do capitalismo nos países que atingiram o nível mais alto da industrialização e o subdesenvolvimento de muitos países em via de desenvolvimento, como é o caso de Angola.

Deste modo, um aspeto que chama a nossa atenção é, justamente, a posição de Angola na geopolítica internacional, pois são vários os interesses de grandes potências, como os Estados Unidos de América (por exemplo: interessado em construir o Corredor do Lobito...), a China, a Rússia, etc, que cruzam o mesmo destino. O de explorar os recursos naturais do país, como consequência os recursos são explorados e exportados para os países desenvolvidos e no final importaram-se os produtos finais que em nada dignificam as potencialidades económicas do país. Entre linhas, em nosso entender, a teoria da dependência chama a atenção sobre o empobrecimento dos países subdesenvolvidos resultante das ações exploratórias dos seus preciosos recursos, uma vez que as nações mais desenvolvidas oferecem investimentos e ao mesmo tempo esperam algo em troca, sustentando a tese segundo a qual, é por meio desta solidariedade que os países subdesenvolvidos desenvolver-se-iam, pois não terão outros caminhos

senão mesmo a aquisição de dívidas para o alavancar das economias, que em muitos casos não produzem resultados satisfatórios, como é o caso de Angola.

É preciso assinalar aqui que o desenvolvimento varia em cada região, assim como em cada tempo histórico, assim que é perigoso “importar” modelos bem-sucedidos noutras regiões ou períodos. O desenvolvimento de um país é condicionado, mas não determinado, por “forças externas”, o que significa que os estados (em particular os governos nacionais, como no caso concreto o angolano) têm sempre uma margem de manobra, maior ou menor, para promover este desenvolvimento (ABRANTES; KATÚMUA, 2014).

Nesta conformidade, com base nos dados extraídos do Jornal de Angola, é notório observar os seguintes fundamentos estatísticos:

Estima-se por exemplo que, o número de empresas chinesas em Angola ultrapassou 400, com investimento acima de 24 mil milhões de dólares e o *stock* de dívida pública angolana à China ronda, em Dezembro de 2023, aos 17,9 mil milhões de dólares o que significa que ascende a quase 36 por cento do total da dívida externa de Angola. O pagamento desses milhões de Usd, são feitas via exportações de Angola para a China, que são essencialmente o crude “petróleo bruto” para alimentar a indústria chinesa (NOVEMBRO, 2024, p. 6-7).

Por outro lado, no discurso sobre o Estado da Nação, proferido a 15 de outubro de 2024, Sua Excelência Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, sublinhou o seguinte:

As condições de financiamento e o efeito da taxa de câmbio motivaram um aumento do rácio da dívida pública, tendo atingido 88% do PIB em 2023, contrariando a trajetória descendente que vínhamos fazendo até 2022, altura em que o rácio dívida-PIB chegou aos 69,9%. Contudo, até julho do corrente ano, o rácio da dívida governamental atingiu os 67,2% do BIP. A dívida pública, é avaliada em 2023 em 55,39 bilhões de kwanzas. Ao passo que, as reservas internacionais mantêm-se em cerca de 14 mil milhões de dólares dos Estados Unidos da América, o que representa uma cobertura de sete meses de importações (LOURENÇO, 2024, pp. 3-4).

Não obstante o pagamento da dívida em muitos casos é feito por conta da exploração de recursos naturais, com maior realce ao petróleo. Diante desta realidade, a teoria da dependência critica a da modernização ao defender que o subdesenvolvimento dos países pobres, como é o caso de Angola, resulta dos 500 anos de colonização, período durante o qual, os países mais poderosos do mundo empobreceram os países menos poderosos. Se esse fosse um fato real e isolado, a Etiópia a título de exemplo, país africano que não foi vítima da colonização europeia, seria de fato uma nação forte e temível universalmente, mas observa-se que não o é de fato, assim, surge uma questão de reflexão: como está a Etiópia em termos de desenvolvimento? Daí que, os pensadores desta teoria defendem que alegar fatores internos como faz a da modernização acaba por condenar a vítima em vez do criminoso.

É assim que Brym et al. (2006 apud HONGOLO, 2022) propõe, em boa verdade, que o estudo das desigualdades globais devia ser feito do ponto de vista da teoria do conflito, enfatizando os

padrões de dominação e submissão, analisando as relações estabelecidas entre países ricos e pobres. Os autores reforçam ainda que a penetração imperialista resulta de forças sociais externas e que a dominação do capitalismo global se efetiva através de forças sociais internas, quando os valores e interesses de grupos políticos e classes sociais internas podem coincidir com os das forças sociais externas. Como vimos anteriormente, é necessário esclarecer que a teoria da dependência não pode ser vista em uma dimensão analítica simplesmente, mas sim é abordada em duas principais dimensões:

Uma marxista, desenvolvida principalmente por Ruy Mauro Marini, Thotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, em que as interpretações das situações concretas de dependência não secundarizam uma visão emancipatória e programática, pois são analisadas pela via de luta de classes. Embora se ponha ênfase nas dificuldades de afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, se reconhece a possibilidade de se estabelecer aí um padrão de desenvolvimento alternativo à dependência, com maior ou menor horizonte, quanto maior seja o seu impacto sobre a configuração da economia mundial (MARTINS; VALENCIA, s.d). Outra teorização, como apontam os mesmos autores, é a weberiana e com certas tintas de ecletismo, ao assimilar parcialmente e de maneira subordinada o marxismo, que tem sua melhor expressão nas obras de Cardoso e Faletto (2010). Aqui a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação, sendo que apenas por seu intermédio se compreende a luta de classes.

Assim, os padrões de desenvolvimento são articulados à dependência, que constitui o paradigma de desenvolvimento para as demais sociedades. Pois as grandes empresas que se encontram em Angola são estrangeiras, os cidadãos nacionais estão nos lineares da pobreza, o desenvolvimento de Angola, na verdade, está refém das multinacionais e aos interesses de uma franja social. Daí que, a visão weberiana de Cardoso e Faletto (2010), afirma o conceito de estruturas de dominação como chave para análise da dependência, vai inserir qualquer padrão sustentando de desenvolvimento dentro das perspectivas da dependência, condenando ao estancamento e ao irracionalismo qualquer ação social e política que busque romper com as estruturas dependentes. É por este motivo que vemos em Angola várias transformações a nível das infraestruturas produtivas com maior investimento estrangeiro, o que torna o país amarrado aos interesses dos investidores.

Frente a esta realidade, partindo do pressuposto segundo o qual, o desenvolvimento de Angola e de outros países ditos do terceiro mundo é condicionado em certa medida pelos interesses externos que comungam com os interesses internos de uma franja social e política, a teoria da dependência alerta os países em via de desenvolvimento no sentido de haver uma redefinição das políticas externas, sob pena de estarem sempre presos no subdesenvolvimento, pois a maneira de como as multinacionais asfixiam as médias e microempresas dos cidadãos nacionais é a pura exemplificação da dependência duradoura. Por outro lado, o endividamento brutal do país é um autêntico atentado ao desenvolvimento, uma vez que o dinheiro resultante deste

endividamento, em muitos casos não tem produzido resultados satisfatórios que robusteçam a economia, porém tem enriquecido ilicitamente uma franja social.

Teoria da modernização

Essa teoria tem como pano de fundo explicar os fenômenos do subdesenvolvimento nas sociedades. Para essa teoria, existem apenas dois tipos de sociedade humana: a sociedade tradicional e a sociedade moderna. Os fatores que impulsionam o desenvolvimento em cada sociedade são explicados internamente. O traço característico comum à sociedade tradicional é a estabilidade ao longo do tempo e a pequena variabilidade de situações diferentes entre agentes sociais. Os agentes sociais realizam um número restrito de atividades econômicas de baixa produtividade. Ocupam posições estabelecidas e transmitidas hereditariamente. A mobilidade, portanto, é pequena, a estrutura social rígida e os costumes repetitivos. A autoridade política é exercida hereditariamente por elementos de algumas famílias. O traço comum aos diferentes níveis de organização da sociedade moderna é a mudança contínua e a variabilidade de situações entre os agentes sociais. Os agentes sociais realizam atividades econômicas de alta produtividade, e exercem funções diferenciadas numa complexa divisão de trabalho. Entretanto, tais funções ocupam posições de *status* social (MACHADO, 1970).

Diante deste articulado, percebe-se que o subdesenvolvimento característico das sociedades tradicionais resulta em primeira instância dos mecanismos de fechamento social estabelecidos, das práticas rudimentares de produtividade e de certas práticas culturais, como os

níveis elevados de solidariedade mecânica. Ao passo que o desenvolvimento nas sociedades modernas se fundamenta na divisão social do trabalho, na solidariedade orgânica, nos modos de organização política e, sobretudo, de mobilidade social. Importa aqui assinalar que esta teoria foi reformulada por Talcott Parsons (PARSONS, 1984).

Como já anunciamos algures, a teoria da modernização tem como base a perspectiva da teoria funcionalista do desenvolvimento ou estrutura funcionalista de Talcott Parsons e parte do pressuposto segundo o qual, o desenvolvimento depende de fatores internos de cada sociedade humana. De acordo com esta teoria, o subdesenvolvimento seria o resultado da ausência de capital suficiente, de técnicas comerciais racionais de *marketing*, de governos de tipo ocidental, de uma mentalidade de tipo acidental circunscrita, estimulando assim o espírito de educação, saúde, poupança, investimento e inovação. Para os teóricos da modernização, o desenvolvimento dos países pobres só será possível em virtude de uma intervenção dos países ricos em forma de ajuda externa de governo a governo e do investimento direto de empresas ocidentais, aumentando o comércio entre países ricos e países pobres (HONGOLO, 2022).

Com esta orientação, nota-se nesta passagem que, os teóricos da modernização polarizam ainda mais o debate, uma vez que para estes o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos depende exclusivamente da intervenção das nações mais ricas. Do mesmo modo, essa ação interventiva, a nosso ver, coloca os países subdesenvolvidos numa situação de pedintes. Ferreira et

al. (2013) postulam que o estruturo-funcionalismo pode tentar explicar as mudanças ou, pelo menos, as diferenças existentes de uma sociedade para a outra, com base nas diferenças existentes de uma sociedade para outra, com base nas diferenças dos respetivos valores. Nessa direção aponta que o seu determinismo cultural e é compreensível no âmbito das diferenças existentes entre os valores supostamente característicos das sociedades desenvolvidas e os das sociedades subdesenvolvidas. Daí que, Parsons apresenta um conjunto de conceitos que explicam, naturalmente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Dito de outro modo, a sociedade em que predominam desempenho, especificidade, neutralidade afetiva e universalismo, poderíamos opor outras em que, pelo contrário, a cultura induziria nos atores atitudes prevaletentes de adscrição, difusividade, afetividade e particularismo. Neste sentido, o desenvolvimento seria societário (sociedades industriais ou modernas), o subdesenvolvimento comunitário (sociedades tradicionais).

É justamente por meio desta distinção que o subdesenvolvimento é atribuído à cultura e aos seus valores, pois os valores determinam a ação. Por conseguinte, essa teoria vem nos mostrar sobre a necessidade do ponto de vista dos valores característicos das sociedades industriais como fio condutor do desenvolvimento. Assim sendo, a sociedade, sobretudo, os políticos precisam cristalizar as lideranças que nos vão governar para se fazer face aos valores que impedem a perenidade social, econômica e política. Porquanto, a colocação que se faz em relação a teoria da modernização face a realidade social e econômica angolana, em matérias de desenvolvimento, do

ponto de vista dos fatores internos, só para se ter uma ideia básica, a corrupção que é um dos fatores que impede o desenvolvimento do país, tornou-se tema de debate nas elites acadêmicas nacionais com a institucionalização do multipartidarismo, em 1992, na sequência, as instituições do estado encontravam-se fragilizadas com o eclodir dos conflitos armados que assolaram o país. Antes disso, não se falava de corrupção em Angola.

Prova disso é que, a socióloga angolana, Ermelinda Liberato reforça esta abordagem ao referir que, a corrupção é talvez o fenómeno que mais se desenvolveu no agora e é igualmente alimentada e alimenta esse estado de alienação na medida em que não se consegue fazer nada sem recorrer a ela, frustrando assim as realizações individuais e coletivas. O seu *boom* começa em 1992-1993 e rapidamente se institucionaliza aquando da intensificação da guerra civil e rapidamente se entranha em todas as camadas da sociedade, ao ponto de se tornar endémica. Seja ativa ou passiva, ela está presente em todos os setores, na relação com as pessoas e entre as pessoas, assumindo diversas designações, como gasosa, saldo, incentivo. É essa mesma corrupção que entrava o desenvolvimento do país (LIBERATO, 2015).

Do mesmo modo, os políticos desta geração viam o enriquecimento ilícito como forma de garantir a hegemonia ideológica e social. Porquanto, muitos dos governantes desfilavam no exterior do país, o povo lutava pela sobrevivência e pelos rumores dos bombardeamentos, e quando a guerra terminou, o país já estava mergulhado no escândalo da corrupção. Esta raiz venenosa impediu o crescimento harmonioso do país em todos os

âmbitos, principalmente em relação à saúde e à educação (em Angola, por exemplo, estima-se mais de 4 milhões de crianças e jovens do sistema de ensino não universitário ficam fora do acesso à educação por insuficiência de escolas e de professores, no ano letivo 2024/2025). Não obstante, o período de 2003 a 2013, houve em Angola um crescimento econômico brutal (o dourar da economia angolana), tendo assinalado um crescimento econômico na ordem dos 20.6% em 2005; 18.6% em 2006 e de 27% em 2007. O crescimento é distorcido uma vez que está assente na extração de recursos naturais. Só para se ter ideia, em 2008, a exportação de petróleo em bruto representou em média 91% das exportações de Angola, esta dependência sobe para 98% em 2012, sendo que também internamente, 80% das receitas fiscais provêm do mesmo produto, dados que fizeram de Angola o 5º produtor mundial de petróleo e o 2º país exportador de petróleo do mundo (SANTOS, 2012; ADB, 2012; ROCHA 2014 apud LIBERATO, 2015).

Todavia, se esse período fosse bem aproveitado erradicar-se-ia a “petrodependência”, cujo foco seria o de alavancar os demais setores (agricultura, turismo, pesca, industrialização etc), mas infelizmente, não foi possível a diversificação econômica por questões amargas dos homens vestidos de lobos que ocupavam funções sensíveis no aparelho do Estado. Já em 2014 com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional e com o endividamento externo do país, sobretudo pela China, uma vez mais o país foi empurrado para as profundezas do oceano, onde a sua saída depende de um navio, cujo capitão seja alguém revestido de moral e de respeito pelas instituições republicanas. Importa,

portanto, referir que o país passa por um período bastante longo de recessão econômica, tendo como epicentro o ano de 2014. Para o ano de 2024 previu-se um crescimento econômico de 4,14%, e para o setor não petrolífero previu-se um crescimento de 5,15% face às reformas estruturantes que o país vem fazendo, como o agravamento dos impostos. Portanto, perto das previsões, o relatório de conjuntura econômica 2024, do Banco Angolano de Investimentos, faz referência que o crescimento do PIB aumentou de 1,1% em 2023 para 4,4% em 2024, de acordo com os dados publicados pelo INE. Em simultâneo, tanto a atividade econômica não petrolífera (4,9%) como a produção petrolífera (2,8%) apresentaram um dinamismo superior ao observado no ano anterior.

No sector não petrolífero, destaca-se para o sector mineiro, que apresentou um crescimento acima de 44%, influenciado pela entrada de novos projetos, sobretudo no subsector diamantífero, cuja atividade foi crescendo ao longo dos trimestres. O setor das pescas também se destacou com um crescimento acima de 12%, suportado pela flexibilização do período de veda e implementação do projeto piloto de recolha de dados com maior ênfase para a pesca industrial, semi-industrial, artesanal e marítima. Por outro lado, o setor dos transportes cresceu acima dos 10% , tendo o INE explicado este desempenho com um incremento no transporte de passageiros no modal rodoviário.

Também se registaram crescimentos de 6,5% nos setores da eletricidade e água, 4,6% no comércio, 4,9% nos outros serviços e 3,5% no setor agrícola.

No entanto, a trajetória de aumento da inflação iniciado em 2023 foi um dos principais desafios enfrentados pela economia angolana em 2024, com implicações relevantes em vários domínios econômicos. A taxa de inflação homóloga subiu de 20%, no final de 2023, para 27,5% em 2024. Esta aceleração refletiu vários fatores, incluindo os efeitos, tanto contemporâneos como desfasados, da depreciação da moeda nacional, o aumento das tarifas de importação sobre bens da cesta básica, a subida do preço do gásóleo, da gasolina e o aumento de preços de serviços essenciais, como comunicações e educação (BAI, 2025).

Nesta perspectiva, as raízes amargas originárias da corrupção e da dívida continuam até os dias de hoje, o que torna difícil o país se desenvolver por si mesmo. Em virtude disso, uma parte do Orçamento Geral do Estado que seria para a construção de mais escolas, hospitais e a diversificação econômica, por exemplo, é destinado ao pagamento da dívida.

Na mesma linha de pensamento, a terceira raiz amarga produzida pela geração dos nossos pais é o nepotismo e a partidarização das instituições públicas. É assim que muitos jovens da nova geração veem a política como o refúgio e como um ofício, e acabam por desvirtualizar uma das obrigações primárias do Estado, o de promover o bem-estar social. E como se não bastasse, vemos o emergir da geração da sobrevivência e da ociosidade, que sobrevive dos míseros negócios, quer sejam lícitos ou ilícitos. Agora como a ociosidade, em muitos casos leva a cometer atos de vandalismo dos bens públicos, o estado promulgou uma lei que visa punir os crimes de vandalismo dos bens e serviços públicos (Lei nº 13/24), com a pena máxima de 25 anos

de prisão, comparada à de alguém que tira a vida de outrem, e superior a de alguém que cometa peculato. Assim, os jovens lá nos bastidores dizem que o país tem rumo e outros afirmam que o país saiu do mal para o pior.

O cenário aqui apresentado, mostra que este comportamento coloca em causa o desenvolvimento do país. Valerá sempre aqui a máxima de que a ideia central contida na teoria da modernidade é a de que, associada ao processo de industrialização, inicialmente na Europa e logo em todo o mundo, ocorreu uma ruptura com o passado e uma reorganização das sociedades, com base em novos princípios, como a racionalidade, a especialização, a individualização e a confiança nos sistemas democráticos (ABRANTES; KATÚMUA, 2014). Conforme diz, Mourisca (2003, p. 95), “não é por acaso que, hoje, os países ricos são governados por sólidas democracias. E também não é por acaso que, geralmente, os países pobres são governados por ditaduras, ou por democracias ainda crianças”.

Nota-se, na descrição acima, as raízes que refletem os espinhos agonizantes do desenvolvimento de Angola. Por isso, a teoria da modernização tem toda a razão ao afirmar que o desenvolvimento deve ser explicado internamente e não externamente, diferente das visões pregadas pelos países do primeiro mundo no âmbito da transferência direta de recursos, ou seja, de investimentos, que no final das contas se transformam em atos de exploração e de empobrecimento dos países em via de desenvolvimento. Na contextualização geral, compreende-se o subdesenvolvimento à luz desta teoria como subproduto da desarticulação dos fatores internos de cada sociedade que

impulsionam o desenvolvimento na sociedade moderna.

Teoria da globalização

Em linhas mais gerais, essa teoria procura esclarecer as condições sob as quais se forma a sociedade global, os desafios criados para as sociedades nacionais tendo em conta os seus efeitos positivos e negativos. Razão pela qual, não existe unanimidade entre os autores, uns são a favor e outros contra, é por isso, que a globalização é concebida e entendida de muitas maneiras diferentes. Tal como o sociólogo inglês Anthony Giddens argumenta “por globalização entendemos o fato de vivermos cada vez mais num único mundo, pois os indivíduos, os grupos e as nações tornam-se mais interdependentes.” (GIDDENS, 2008, p. 52). Todavia, Giddens (apud MACHADO et al., 2014, p. 227) enfatiza ainda que a globalização é “a intensificação de relações sociais mundiais que ligam localidades distantes de modo que acontecimentos locais são influenciados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância, e vice-versa”

Na mesma lógica, Rattner (1995, p. 68 apud LAKATOS; MARICONI, 2019, p.435) afirma que, “o processo de globalização transcende os fenômenos meramente econômicos e deve ser entendido também em suas dimensões políticas, ecológicas e culturais”. Entretanto, na nossa sociedade a globalização representa um conjunto de transformações que vão ocorrendo socialmente, no âmbito econômico, político, religioso, ecológico, tecnológico, educacional, acima de tudo cultural. Vemos hoje no nosso tecido social a penetração de novos valores culturais que em nada dignificam os nossos povos. Há tantas transformações nas formas de resolução dos problemas

comunitários, nas formas de saudação, o sentimento de respeito pelos mais velhos, as indumentárias, a gastronomia, etc. Tudo isso nos remete a temática da globalização.

Entende-se que, com a globalização, cada vez mais coisas que ocorrem em um lugar do mundo influenciam de maneira importante outras partes do mundo. Quando mais intensa e abrangente for a globalização, mais integrado será o mundo, mais contatos teremos com pessoas, produtos e ideais vindos de outra parte do planeta. É fácil perceber o lado positivo da globalização econômica: é bom poder comprar produtos do mundo todo, pois não faria sentido se cada país tivesse que produzir tudo que consome, mas a globalização econômica quanto as demais dimensões têm consequências perigosas: gera desigualdades entre países que participam diferentemente do processo e reproduz práticas culturais de diferentes povos. Por exemplo, a roupa que você veste, boa parte vem dos Estados Unidos, que é quem controla o processo, encomendando a matéria-prima e contratando os trabalhadores asiáticos que ganham, em média, muito menos que os norte-americanos (MACHADO et al., 2014).

Na aldeia global em que nos encontramos hodiernamente, a ética na política é o baluarte da paz e do desenvolvimento das nações, visto que, com a mente serve-se a nação, com a carne serve-se a miséria, é assim que anda o desejo do bem e a aparência do mal, em Angola. Ademais, temos certeza e consciência que o desafio é grande para o nosso país, mas não é maior que a alegria de vencer a pobreza, tendo como fio condutor a diversificação econômica, concomitantemente a internacionalização da mesma. No

entender dos autores consultados, a caracterização das sociedades atuais implica, ainda, compreender as complexas e profundas relações que existem entre sociedades e que tendem hoje a abranger todas as regiões do planeta.

A globalização tornou-se, então, um conceito fundamental da Sociologia, precisamente, para nos referirmos a esse processo de compreensão do espaço e do tempo que faz com que processos e acontecimentos ocorridos a muitos milhares de quilômetros de distância possam ter impactos significativos na nossa sociedade. Se, por um lado, esta circulação massiva de pessoas, bens, informação e capital por todo o planeta permitiu um alargamento significativo do horizonte dos indivíduos, por outro lado, as relações resultantes estão longe de ser igualitárias, gerando-se sob a égide do capitalismo, poderosas teias de exploração, expropriação e exclusão, afetando sobre tudo as culturas, as comunidades e os grupos com menos recursos (ABRANTES; KATÚMUA, 2014, p. 104).

O mesmo acontece em relação a Angola. Muitas multinacionais que prestam serviço de exploração de recursos naturais, pagam salários altos em moeda estrangeira aos funcionários de outras nacionalidades e os nacionais ganham maioritariamente em moeda nacional e muito aquém dos normativos legais, em seguida exporta-se a matéria-prima para ser transformada nos países ricos, como se fez saber nas páginas mais acima. O pouco que o país ganha com a venda da matéria-prima, aplica na compra dos seus derivados já em preços exorbitantes. Daí que, a globalização pode levar ao aumento das desigualdades entre países ricos e

pobres. Já na vertente cultural, os artistas facilmente são influenciados em escolher estilos de outras nações em detrimento da nossa cultura.

Ao passo que, na dimensão política a teoria da globalização, chama atenção aos políticos orientados por questões do ter e do fazer manobras políticas, a primarem mais nas questões do ser e do promover o bem-estar social. Nesses termos, a sociedade da informação vem nos mostrar sobre a necessidade do ponto de vista dos valores, cristalizando os valores éticos e morais, pelos agentes sociais e atores políticos. Todavia, em Angola, há problemas reais, como a fome, o desemprego, crianças fora do sistema de ensino, etc, não vale apenas os ignorar, as insatisfações sociais são reais e exige de quem governa a aplicação de políticas públicas de concertação social, que permitam a redução das desigualdades sociais, da pobreza e das assimetrias regionais existentes entre as regiões do litoral e as do interior, permitindo assim, o desenvolvimento sustentável e harmonioso do país, tendo sempre em atenção as dinâmicas do sistema-mundo.

Cumpre, portanto, inferir de tudo isso com base nas contribuições de vários autores consultados, como é o caso de Abrantes e Katúmua (2014) sustentando que durante os últimos séculos, os avanços tecnológicos e sociais foram dando origem a um sistema-mundo, em que os estados-nação mais poderosos se estabeleceram como centro, onde se acumula o poder e se impõem as regras, relegando os restantes países para as periferias. As relações entre uns e outros têm sido, em geral, de dominação, de exploração e de exclusão. Mais recentemente, alguns estudos têm designado os primeiros como Norte e os segundos como Sul,

embora esta diferenciação seja mais sócio-histórica do que geográfica, como se pode ver, por exemplo, pelas relações entre Angola e China.

Considerações finais

Em guisa de conclusão, ao longo das páginas do presente artigo de revisão bibliográfica, fruto do conhecimento imanente que incorporamos sobre a nossa realidade social em matérias de desenvolvimento, tivemos a preocupação de contribuir para fomentar nos nossos jovens, políticos, sociólogos, economistas e académicos nas demais áreas do conhecimento o gosto pelos paradigmas sociológicos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, e desenvolver nas demais franjas sociais atitudes que os torne verdadeiros construtores do seu saber com as perspectivas teóricas aqui apresentadas, que servem de ponte para a análise da realidade social angolana. Por outro lado, tivemos o cuidado de abordar as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, nomeadamente, a teoria da dependência; a teoria funcionalista do desenvolvimento vulgo estruturo-funcionalismo ou teoria da modernização e a teoria da globalização. Procuramos acima de tudo articular estas teorias com conhecimentos empíricos que o investigador possui enquanto membro da sociedade angolana.

Esperamos, assim, poder ajudar ou contribuir com a melhor compreensão do presente, conhecendo o longo caminho do progresso, pois entende que os recursos financeiros a serem alocados, por si só, serão insuficientes para o desenvolvimento de Angola, se não houver neutralização de alguns males como a corrupção, a bajulação, o endividamento do país, a partidarização das instituições sociais, etc. E, portanto,

optarmos naqueles valores que impulsionam o desenvolvimento como a união, a entrega da parte de cada cidadão, a valorização do capital humano, a importância da valorização da cultura e saberes tradicionais como prática e incentivo governamental no âmbito da arte, cultura, educação, especificidade e, acima de tudo, a integração de todos no sistema produtivo, onde cada um deve sentir a urgência de engrandecer com o seu saber e elevar o desenvolvimento no país. Desta forma, estaremos a contribuir para o desenvolvimento do país, tomando sempre consciência do papel interveniente destas teorias em qualquer sistema económico, social e político.

Referências

- ABRANTES, Pedro; KATÚMUA, Mbangula. **Curso de Sociologia**. Lobito, Angola: Escolar Editora, 2014 .
- BAI. **Relatório de Conjuntura Económica 2024**. Angola: Sociedade Aberta, 2025
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BELTRÃO, Pe. Pedro Calderan. **Sociologia do Desenvolvimento**. 2000
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 9ª ed. Brasil: Civilização Brasileira, 2010.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Brasil: Projeto Periferia, 2003.
- DURAND, José Carlos Garcia. **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- FERREIRA, J. M. Carvalho; PEIXOTO, João; CARVALHO, Anabela. Soriano; RAPOSO, Rita; GRAÇA, João Carlos; MARQUES, Rafael. **Sociologia**. Lisboa, Portugal: Escolar Editora, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª ed.. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HONGOLO, Alexandre Luís da Silva. **Paradoxos do desenvolvimento local na era da globalização**. Universidade Rainha Njinga A Mbande. Malanje, Angola, 2022.

INE. **Relatório de Pobreza para Angola**: Inquérito sobre despesas e receitas. Instituto Nacional de Estatística. Luanda, Angola, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARICONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 8ª ed. São Paulo, Brasil: atlas, 2019.

LIBERATO, Ermelinda. **O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois**. Revista Angolana de Ciências Sociais, v, nº 10: Edições Pegado, 5 de outubro de 2015.

LOURENÇO, João Manuel Gonçalves. **Mensagem sobre o Estado da Nação**. Luanda, 2024, p.3-4.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**. 1ª ed. São Paulo, Brasil: editora ática, 2014.

MACHADO, Lia. Pinheiro. **Alcance e Limites das Teorias da Modernização**. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia?** São Paulo, Brasil: editora brasiliense, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência,**

neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria, s.d.

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. **Economia do Desenvolvimento**: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, v. 38, 10 de maio/agosto, 2012, p. 25-50.

MOURISCA, Francisco de Mata. **África Renascida**. Uíje, Angola. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

NOVEMBRO, Edições. **Economia & Finanças**. *Jornal de Angola*, 15 de Março de 2024, p. 6-7.

PAKISI, Albino. **Monografia: Teoria e prática da sua metodologia científica**. 1ª ed. Luanda, Angola: Mayamba Editora, 2020.

PARSONS, Talcott. **Sociedade: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Livraria Pioneiro, 1984.

SANTOS, Theotônio Dos. **A Teoria da dependência: Balanço e perspectivas**. Niterói, 1998.

Recebido em 2025-05-02
Publicado em 2025-12-29